

GLÊMICA

Assembleia engaveta projeto de cargos que custaria R\$ 1,7 milhão

Presidente da Comissão de Finanças tirou da pauta criação de 26 cargos comissionados

■ VINÍCIUS VALFRÉ
vperreira@redgazeta.com.br

Os deputados estaduais decidiram tirar da pauta de votações da Assembleia Legislativa o projeto que pretende criar 26 novos cargos comissionados no Poder Legislativo. O impacto financeiro em 2016 seria de R\$ 1,7 milhão.

O pedido partiu do presidente da Comissão de Finanças, Dary Pagung (PRP), a quem caberia, na sessão de ontem, dar parecer favorável ou contrário à proposta.

Ela ficará engavetada por tempo indeterminado até que receba anexos de impactos orçamentários, e não apenas dos financeiros, além de declarações da Mesa Diretora de que a proposta é adequada às diretrizes do Plano Plurianual do governo.

A manobra de Dary foi definida na reunião do Colégio de Líderes, antes da sessão. Mesmo assim, o projeto chegou a fazer com que dez dos 30 deputados fizessem reunião paralela no plenário para discutir a votação.

Pesou na decisão o fato de que, se criados os cargos, outros órgãos poderiam pleitear o mesmo benefi-



Dary Pagung é presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa

PREOCUPAÇÃO

"A Casa tem que ter mão de obra qualificada, mas o momento nos impede de contrair novas despesas"

GUERINO ZANON (PMDB) DEPUTADO

cio, indo de encontro à cartilha de ajustes do governo. O próprio Ministério Público Estadual (MPES) colocou o pé no freio no desejo de criar 216 novos cargos para as suas promotorias.

"Tivemos essa preocupação (de dar brechas), mas não foi o motivo determinante", minimizou Dary.

O recuo não foi surpresa. O líder do governo na Casa, Gildevan Fernandes (PV) já havia votado emenda que reduzia os cargos de 26 para 5, na Comissão de Justiça

Entre os deputados, havia os favoráveis aos cargos, por julgar que eles somariam aos trabalhos técnicos das comissões temáticas. "Acho um absurdo a Comissão de Educação não ter técnicos em educação", frisou Luzia Toledo (PMDB), presidente do colegiado.

Os contrários dizem que o momento não é o de criar novas despesas. "O momento nos impede de contrair novas despesas. Vemos cidadãos sofrendo porque a máquina pública precisou enxugar", afirmou Guerino Zanon (PMDB).

As principais queixas ao adiamento foram do principal signatário da proposta, Enivaldo dos Anjos (PSD). Insatisfeito com a manobra, ele protocolou o arquivamento do projeto, em protesto. "Já que é para atender forças estranhas e externas, quem quiser mais agilidade no serviço que se contente com o que tem".

Deputado quer comissão para investigar o MPES

O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD) contou ter recolhido sete assinaturas para criar uma comissão especial na Assembleia Legislativa para investigar a atuação de comissionados do Ministério Público (MPES). Ele precisa de dez deputados para protocolar o pedido de abertura da comissão.

"Quem fiscaliza o que o MPES faz? A Assembleia tem que vigiar o funcionário de deputado, mas não denunciam quem tem que ser denunciado", frisou.

Ele nega que a proposta seja uma retaliação à investigação que o MPES

realizou contra deputados e ex-deputados suspeitos de empregarem funcionários fantasmas.

Outros parlamentares trataram de isolar a iniciativa como sendo de iniciativa exclusiva de Enivaldo. "Acho temerário o confronto com outros Poderes. O mor: ento é de união para superar as crises", disse Marcos Mansur (PSDB).

O presidente da Assembleia, Theodorico Ferraz (DEM), afirmou que a iniciativa é "unilateral" de Enivaldo, mas defendeu o Legislativo. "Os servidores aqui, respondo eu, cumprem com as suas obrigações", disse.

VITOR JUBINI



A atuação dos comissionados no MPES é o alvo

CÂMARA DE GUARAPARI

Grupo quer forçar redução de salários

Moradores recolhem assinaturas para dar entrada em projeto de lei na Câmara

■ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Moradores de Guarapari estão recolhendo assinaturas para que o salário dos vereadores caia de R\$ 6,9 mil para dois salários mínimos, o que hoje equivale a R\$ 1.576.

A informação foi adiantada no último domingo, pela coluna Praça Oito. A redução pode ocorrer por meio de um projeto de iniciativa popular, desde que

Na Serra, aumenta a falta de controle

■ Dos quinze assessores dos vereadores da Serra, dez não precisarão bater ponto. Antes, eram oito, segundo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério

Público no ano passado. Na sessão de ontem, foi votada a regulamentação do acordo, e essa foi uma das alterações. O vereador Gideão Svensson (PR) foi o único contrário.

respaldado por assinaturas de pelo menos 5% do eleitorado da cidade, o que corresponde a 3,5 mil pessoas.

Enviado à Câmara e validado pela Justiça Eleitoral,

o documento vira um projeto de resolução que pode ser votado pelos vereadores. Um dos autores da proposta, o contador Themístocles Neto defende que ser vere-



Moradores querem recolher 10 mil assinaturas

dor não deve ser uma profissão, e sim uma prestação de serviço à comunidade.

"Acho imoral o vereador ganhar quase 7 mil reais para se reunir duas vezes por semana em uma cidade como Guarapari, que é extremamente pobre, arcaada praticamente só com IPTU", critica o morador.

Segundo Themístocles, já foi recolhida metade das assinaturas necessárias, mas o movimento pretende conseguir cerca de 10 mil adesões, mesmo que depois os vereadores rejeitem o projeto. "Como o voto é secreto, acho difícil que seja aprovado. Mas eles têm que entender a vontade do povo", disse.

Até o momento, o único vereador que assinou a petição foi Gedson Merizoti (PSB). "O desejo do povo precisa ser respeitado", diz.